

Prospectiva (Frutal-MG).

A formação inicial necessária para o trabalho de inclusão na educação básica.

Jessica Roberta Ramos da Mata.

Cita:

Jessica Roberta Ramos da Mata (2016). *A formação inicial necessária para o trabalho de inclusão na educação básica*. Frutal-MG: Prospectiva.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/editora.prospectiva.oficial/17>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pVe9/11v>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Jéssica Roberta Ramos da Mata



**A formação inicial necessária
para o trabalho de inclusão
na educação básica**

COLEÇÃO
Produzir Cidadania

EDITORA
PROSPECTIVA

Jessica Roberta Ramos da Mata

A formação inicial necessária para o trabalho de
inclusão na educação básica

Frutal-MG
Editora Prospectiva
2016

Copyright 2016 by **Jessica Roberta Ramos da Mata**

Capa: Jéssica Caetano

Foto de capa: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Revisão: A autora

Edição: Editora Prospectiva

Editor: Otávio Luiz Machado

Assistente de edição: Jéssica Caetano

Conselho Editorial: Antenor Rodrigues Barbosa Jr, Flávio Ribeiro da Costa, Leandro de Souza Pinheiro, Otávio Luiz Machado e Rodrigo Portari.

Contato da editora: editorapropectiva@gmail.com

Página: https://www.facebook.com/editorapropectiva/

Telefone: (34) 99777-3102

Correspondência: Caixa Postal 25 – 38200-000 Frutal-MG

Mata, Jessica Roberta Ramos

A formação inicial necessária para o trabalho de inclusão na educação básica. Frutal: Prospectiva, 2016.

ISBN: 978-85-5864-025-1

1. Formação. 2. Inclusão. 3. Educação Básica I. Mata, Jessica Roberta Ramos. II. Universidade do Estado de Minas Gerais. III. Título.

Dedico esta vitória aos meus pais, Roberto Reis da Mata e Gislaine Ramos que são o exemplo que sempre seguirei.

AGRADECIMENTOS

À Deus, que me fortaleceu espiritualmente por toda a minha vida e me amparou com fé nos momentos difíceis.

Aos meus avós, Eurides Januário Freitas e Eurípedes Da Mata Silva (*in memoriam*), que contribuíram com a minha criação e que foram exemplos de humildade, honestidade e perseverança que trago comigo em toda a minha existência.

Aos meus irmãos, Nathálya Caroline da Mata e Roberto Reis da Mata Filho, que ao ser sangue do meu sangue se tornaram mais um incentivo nesta luta que finalmente venci.

À meu namorado, Douglas José Freitas Ferreira que é a família que Deus me permitiu escolher, por seus ensinamentos, paciência, carinho e amor.

Aos meus professores, que me auxiliaram durante esses anos, por seus ensinamentos, apoio e por me oferecerem os melhores anos da minha vida.

À minha orientadora, Ana Maria Taveira Braga que com toda a sua paciência e conhecimento foi imprescindível para a conclusão de minha formação acadêmica.

À banca examinadora, por me contemplar com a avaliação deste trabalho que significa o fechamento de um importante ciclo na minha vida.

A todos os meus colegas de curso que me proporcionaram tantas alegrias, tanto conhecimento e que foi com eles que a frase que um dia escutei “Os amigos que você fizer na faculdade serão os que você levará para o resto da vida” fez todo o sentido e de maneira especial ressaltou a importância da minha melhor companheira Aline Aparecida dos Santos que tenho imensa admiração.

E finalmente aos meus pais, Roberto Reis da Mata e Gislaine Ramos que incansavelmente fizeram tudo o que poderiam fazer para que este sonho se tornasse realidade, ao meu pai, tenho hoje, o sentimento de gratidão e reconhecimento de todo o esforço feito para que esta conquista se concretizasse, levo comigo para o todo e sempre o que nunca ninguém irá me tirar, o conhecimento, á vocês meus pais digo que a vitória foi nossa, nós finalmente conseguimos.

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.”

Paulo Freire

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Ano de iniciação da graduação

Gráfico 2- Nome das escolas onde os entrevistados trabalham

Gráfico 3- Disciplina da grade curricular voltada para educação especial

Gráfico 4- Nome da disciplina voltada para Educação Especial

Gráfico 5- Capacitação em identificar alunos com necessidades especiais

Gráfico 6- Docente preparado para identificar alunos com necessidades especiais

Gráfico 7- Aprender métodos de ensino e adaptações curriculares

Gráfico 8- Conhecimentos acadêmicos para selecionar recursos educativos

Gráfico 9- Alunos preparados para enfrentar uma sala com diversidades

Gráfico 10- Alunos especiais nas escolas dos docentes entrevistados

Gráfico 11- Leciona para algum aluno com necessidade especial

Gráfico 12- Alunos com necessidades especiais possuem laudo médico

Gráfico 13- Tipo de deficiência do aluno com necessidades especiais

Gráfico 14- Recursos nas escolas para os alunos com necessidades especiais

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CEFAI: Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão

ECA: Estatuto Da Criança e Do Adolescente

EE: Educação Especial

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

ONU: Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
INTRODUÇÃO.....	12
1 CONTEXTO HISTORICO MUNDIAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	17
1.1 Reflexões sobre o contexto histórico.....	17
1.1.1 A Pré-História.....	18
1.1.2 A Idade Antiga.....	19
1.1.3 A Idade Média.....	21
1.1.4 A Idade Moderna.....	23
1.1.5 A Idade Contemporânea.....	24
2 BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.....	35
2.1 A Educação Especial no Brasil.....	35

3 A CAPACITAÇÃO DOS DOCENTES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	43
3.1 A inclusão e suas complexidades.....	43
4 APRESENTAÇÃO DA LEI Nº 13.146 DE 06/07/2015.....	50
4.1 Leis que amparam os alunos com deficiência...50	
4.1.1 Lei Nº 13.146.....	55
5 A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA SOBRE A INCLUSÃO - PESQUISA DE CAMPO.....	62
5.1 Metodologia.....	62
5.1.1 Pesquisa de campo- Resultado e discussões...62	
CONCLUSÃO.....	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83
ANEXOS.....	89

INTRODUÇÃO

No presente trabalho iremos discutir sobre os vários seguimentos da Educação Especial, contextuaremos os fatores históricos que apontaram o marco da educação especial no Brasil que foi estabelecido no período final do século XIX, com a criação inspirada na experiência europeia do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, comandado por Benjamin Constant, e o Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, conduzido por Edouard Huet (MAZZOTTA 2005). Discutiremos o tema no âmbito mundial, mas também faremos uma breve retrospectiva do assunto voltado somente ao Brasil.

O objetivo desta pesquisa se consiste em apresentar a importância das disciplinas pedagógicas de Educação Especial na formação do professor para um trabalho na inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais. Tivemos como objeto de estudo disciplinas que amparam o professor na perspectiva da inclusão, sendo estas Educação Especial e Libras.

Discutimos sobre a capacitação dos docentes habilitados em Geografia de lecionar para alunos com necessidades especiais, sabemos que nos dias atuais uma grande parcela dos cursos de licenciatura oferecem na grade curricular, disciplinas como a de “Educação Especial” que abordam como o professor

deve lidar com os alunos com necessidades especiais, traz em sua ementa a metodologia de ensino a ser aplicada aos mesmos. Porém, outra grande parcela de professores não possuiu em sua formação disciplinas que os ensinassem como lidar com estes alunos, a partir disto discutiremos o quanto isso pode afetar o aluno e o próprio professor despreparado.

Abordamos a problemática da infraestrutura nas escolas em relação a alunos com necessidades físicas, seria ideal que todas as escolas oferecessem acesso físico em todas as mediações da escola, mas não é isso o que acontece, as justificativas para estes problemas são basicamente a falta de recursos para as obras.

Apontamos as questões legais relacionadas à Educação Especial, e como elas são aplicadas na vida escolar do aluno. Discutimos sobre como funciona a inclusão social, que está ligada a todas as pessoas que não têm as mesmas oportunidades dentro da sociedade. Incluir as pessoas com deficiências significa torná-las participantes da vida social, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos no âmbito da Sociedade, do Estado e do Poder Público. A escola desempenha um papel fundamental nesta perspectiva, já que nela, são dados os primeiros passos de aperfeiçoamento, é por meio

da mesma que as pessoas com direitos educativos especiais são inseridas na sociedade.

Segundo conceitos provenientes do Ministério da Educação e da Secretaria da Educação Especial, é importante evidenciar que a deficiência deve ser considerada como uma diferença que faz parte da diversidade e não pode ser negada, porque “ela interfere na forma de ser, agir e sentir das pessoas”. Segundo a Declaração de Salamanca, para promover uma Educação Inclusiva, os sistemas educacionais devem assumir que “as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve se adaptar às necessidades das crianças ao invés de se adaptar a criança a assunções preconcebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem” (BRASIL, 1994).

A metodologia utilizada se consiste na pesquisa bibliográfica que foi desenvolvida com estudos nos livros de Educação Especial, em Leis e Decretos, como também baseado nas aulas de Educação Especial; e também na pesquisa de campo realizada com seis professores da rede pública Estadual, escolhemos quatro professores que tiveram na sua graduação aulas de Educação Especial e dois que não tiveram para podermos observar como

acontece a vivência pedagógica desses professores com a inclusão.

Os capítulos foram desenvolvidos da seguinte maneira: no primeiro capítulo discorremos sobre o Contexto histórico mundial da educação especial, analisamos desde a pré-história até a contemporaneidade. No segundo capítulo, Breve História da Educação Especial no Brasil, dissertamos sobre como se desenvolveu a Educação Especial com seus vários precursores, refletimos sobre a evolução dos conhecimentos conforme se passou o tempo. No terceiro capítulo, A Capacitação dos Docentes em Educação Especial, comentamos sobre a importância dos professores estarem seguros e capacitados para enfrentar a diversidade em uma sala de aula. No quarto capítulo, Apresentação da Lei Nº 13.146 DE 06/07/2015, discutimos sobre algumas leis que protegem as pessoas com deficiência ao longo dos anos, e comentamos sobre a mais recente lei sancionada pela Presidente da República Dilma Rousseff. No quinto capítulo, A Percepção dos Professores de Geografia Sobre a Inclusão Dos Deficientes- Pesquisa De Campo, analisamos como os professores de geografia do ensino público de Frutal estão desenvolvendo suas atividades perante a diversidade de alunos, verificamos também se estes

docentes possuíram alguma orientação em relação à Educação Especial durante sua formação acadêmica.

Concluimos o quanto é importante que o professor possua em sua formação disciplinas que abordem a questão da Educação especial, os docentes que possuem estes conhecimentos na graduação desempenham sua função com confiança, observamos que a Inclusão só irá funcionar efetivamente quando houver uma reestruturação da organização escolar. É preciso que se reformule os motivos pelo qual a escola existe na atualidade e estes motivos devem levar em consideração os direitos de todos os alunos.

1. CONTEXTO HISTÓRICO MUNDIAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

1.1 Reflexões sobre o contexto histórico

Segundo Romero (2008), por muito tempo, a educação especial era desenvolvida como um atendimento educacional especializado, a mesma ocorria num cenário diferente ao sistema geral de educação nacional. As pessoas deficientes ocuparam diferentes papéis na história da humanidade. O tratamento destinado aos deficientes era proporcional a sua importância no contexto social. Mediante a análise do processo histórico é possível verificar que a forma como a sociedade relaciona-se com as pessoas com necessidades especiais está vinculada às conquistas dessa mesma sociedade.

Veremos que a crueldade para com as pessoas portadoras de deficiência perdurou por muitos anos, mas será que podemos dizer que esta crueldade acabou? Nos dias atuais possuímos leis que asseguram esta parcela de pessoas com necessidades especiais, porém, não podemos esquecer o preconceito, Ribas (1996) coloca a ignorância como

sendo responsável por preconceitos relacionados às pessoas que têm deficiências, pois quando alguém não sabe, começa a achar, podendo assim fazer interpretações que muitas vezes fogem da realidade da vida das pessoas com deficiência física, mental ou sensorial.

[...] ignorância não é atributo apenas dos mais pobres ou dos que têm menos estudo. É algo que está presente em todas as camadas sociais, em muitas famílias, grupos de empresários, funcionários do governo (federal, estadual ou municipal) e, até mesmo, em muitos médicos que não se especializaram em reabilitar pessoas portadoras de deficiência ou que não têm prática no tratamento de algumas restrições do corpo (leves ou profundas) (RIBAS, 1996, p.63, destaque do autor).

1.1.1. A Pré-história

Iremos discutir sobre o desenvolvimento e as periodizações da educação especial durante toda a existência da humanidade, sendo desde a pré-história até a contemporaneidade. Para D'Adamo (1998), a história do homem é a história da sobrevivência, ao que se refere aos primeiros humanos existentes nomeados como *Australopthecus* e posteriormente, após a evolução, conhecemos o então chamado

Homo Habilis, que tinha mais habilidades com as mãos e com os instrumentos, eles foram os primeiros a utilizar pedras afiadas e cortantes para auxiliar na busca de alimentos, começava-se a percepção de clima, tempo, relevo e outros fatores por parte destes homens, a inteligência aflorava a partir das necessidades existentes.

De acordo com Capellini (2008) nessas sociedades de cultura primitivas, os povos eram nômades, sua sobrevivência vinha unicamente da caça e da pesca, logo podemos imaginar como a estrutura física era primordial para a sobrevivência destes homens, assim, as pessoas que fugiam à rotina da tribo, ou seja, os incapazes de irem em busca da caça e de sobreviver por si mesmos à agressividade da vida, mostravam-se dependentes da tribo. Esta dependência dos deficientes na pré-história resultava no abandono dos mesmos, pelo restante da tribo, o que conseqüentemente levava-os a morte devido a sua incapacidade de se manter sozinho.

1.1.2 A Idade Antiga

Sobre a antiguidade, não possuímos dados concretos sobre a existência de pessoas com deficiência física, porém, algumas passagens da

bíblia nos condiciona a pensar que os mesmos já existiam, um exemplo desta concepção a respeito das pessoas com deficiência encontra-se no livro de Moisés, chamado "Levítico" e que hoje compõe o Antigo Testamento da Bíblia Sagrada.

Homem algum de tua linhagem, por todas as gerações, que tiver um defeito corporal, oferecerá o pão de seu Deus. Desse modo, serão excluídos todos aqueles que tiverem uma deformidade corporal: cegos, coxos, mutilados, pessoas de membros desproporcionados, ou tendo uma fratura do pé ou da mão, corcundas ou anões, os que tiverem uma mancha no olho, ou a sarna, um darto ou os testículos quebrados. Homem algum da linhagem de Abraão, o sacerdote, que for deformado, oferecerá os sacrifícios consumidos pelo fogo sendo vítima de uma deformidade, ele não poderá apresentar-se para oferecer o pão de seu Deus. Mas poderá comer o pão de seu Deus, proveniente das ofertas santíssimas e das ofertas santas. Não se aproximará, porém, do véu nem do altar, porque é deformado. Não profanará meus santuários, porque eu sou o Senhor que os santifico" (BÍBLIA SAGRADA, 1995, Levítico, 21:17- 23)

Segundo Aranha (2000) é complexo encontrar dados sobre a maneira de como as pessoas se relacionavam nesta época, as informações disponíveis quase sempre é dita na bíblia sagrada,

neste período da história, a economia se baseava nas atividades de produção e de comércio agrícola, pecuário e de artesanato, o homem então, conseguiu diminuir sua dependência em relação à natureza, tornando-se não mais nômade, e fixando-se em habitações.

O mesmo autor ainda esclarece sobre a vida sociopolítica, o poder concentrava-se numa minoria chamada de nobreza e o populacho que eram considerados subumanos dependentes dos nobres tanto na parte econômica quanto na propriedade. Podemos dizer que qualquer pessoa que possuísse limitações, principalmente físicas, eram excluídas do grupo, ou seja, abandonadas, tanto se tratando de cegos, surdos, mudos, idosos e pessoas com membros amputados.

1.1.3 A idade Média

De acordo com Romero (2008) na idade média, tivemos a difusão do cristianismo, onde trouxe o segmento de uma nova classe social, o clero. As pessoas com deficiência já não podiam mais ser sacrificadas por motivos religiosos, pois, eliminá-las ou abandoná-las significaria atentar contra os desígnios da divindade, assim recebiam proteção,

tanto que, anjos retratados em pinturas da época possuíam característica de síndrome de Down.

Segundo Pessotti (1984) é justamente na idade média no século XIII, que surge a primeira instituição para pessoas com deficiência, precursora de atendimento sistemático. Era uma colônia agrícola, na Bélgica, que propunha o tratamento com base na alimentação, exercícios e ar puro para minimizar os efeitos da deficiência. Em um tempo posterior, surge uma Lei defendendo direito à sobrevivência dos deficientes mentais, capazes de contribuir financeiramente com a Coroa. Nessa mesma época surge uma diferenciação jurídica entre deficientes mentais e doentes mentais.

Pessoas com deficiência e, principalmente, com deficiência mental eram vistas como possuídas por espíritos malignos ou como loucas e foram assim levadas à fogueira. Aranha (2001) afirma que em algumas cartas papais desse período podem ser encontradas orientações de como identificar e tratar tais pessoas. “A estes, se recomendava uma ardilosa inquisição, para obtenção de confissão de heresia’, torturas, açoites, outras punições severas, até a fogueira” (ARANHA, 2001, p.5).

1.1.4 A Idade Moderna

Na Idade Moderna, mais precisamente no século XVI, surgiram dois intelectuais que iriam transformar a maneira de se enxergar as pessoas com alguma deficiência. Estes eram: Paracelso que era um médico e Cardano que era filósofo, estes foram os primeiros a considerar a deficiência mental um problema médico, digno de tratamento e complacência. A importância de Paracelso está em sua obra *Sobre as Doenças que Privam os Homens da Razão*. A obra traz, pela primeira vez, uma autoridade reconhecida da medicina fazendo a consideração médica de um problema que, até então, era tratado como castigo de Deus. Pessotti (1984, p.15) traz o seguinte comentário sobre as contribuições de Cardano e Paracelso: [...] ao que parece, pela primeira vez uma autoridade na medicina, reconhecida por numerosas universidades.

No século XVII, Thomas Willis descreveu a anatomia do cérebro humano, constatou que a idiotia e outras deficiências eram resultado de alterações na estrutura do cérebro, a partir disso, iniciou-se uma mudança na forma de se analisar os distúrbios apresentados pelas pessoas com deficiência. Com tudo, passou então a analisar com argumentos

científicos, capazes de serem provados e não mais argumentos teológicos, relacionados à moral. Segundo Pessotti (1984, p.23):

A idiotia e a estupidez dependem de uma falta de julgamento e de inteligência, que não correspondem ao pensamento racional real: o cérebro é a sede da enfermidade, que consiste numa ausência de imaginação e memória, cuja sede está no cérebro. A imaginação, localizada no corpo caloso ou substância branca; e a memória, na substância cortical. Assim, se a imbecilidade ou a estupidez aparecem, a causa reside na região cerebral envolvida ou nos espíritos animais, ou em ambos.

1.1.5 A Idade Contemporânea

Na contemporaneidade, podemos destacar o processo de urbanização que foi uma ação expansionista da área urbana e também o avanço na medicina e o aprimoramento das condições de vida, que conseqüentemente elevaram os índices de expectativa de vida. De acordo com Silva (1987) as pessoas com deficiência, foram discriminadas e rejeitadas até meados do século XVIII e XIX, sendo alvo de discussão apenas no século XX, é importante ressaltar que nos séculos XVIII e XIX, as mesmas

deixaram de ser maltratadas e mortas e passaram a ser abandonadas em suas próprias casas ou em instituições residenciais.

Um relevante nome para esta época é Foderé que escreveu o *Tratado do bócio e do cretinismo*, onde trabalhou com a ideia que a deficiência era um fator hereditário, o fatalismo genético do cretinismo. Em seu estudo explica que o cretinismo está vinculado a degradação intelectual que poderá ser maior ou menor isso dependerá do acometimento da doença. Pessoti comenta:

A fatalidade hereditária ou congênita assume o lugar da danação divina, para efeito de prognóstico. A ineducabilidade ou irrecuperabilidade do idiota é o novo estigma, que vem substituir o sentido expiatório e propiciatório que a deficiência recebera durante as negras décadas que antecederam a medicina, também supersticiosa, de Cardano e Paracelso. O médico é o novo árbitro do destino do deficiente. Ele julga, ele salva, ele condena. Ante a óbvia variedade dos casos demência não se multiplicam tanto as observações de relações causa e efeito quanto proliferam os "quadros clínicos", os chavões anatomopatológicos e a terminologia nosológica. Não se progride tanto de Cardano a Pinel no conhecimento etimológico quanto no apuro das descrições formais e na classificação semiológica das variedades de deficientes e dementes. A incipiente indagação etimológica corre, até o século

XIX, um alto risco de confundir correlações com causas, e esse risco, associado à autoridade clínica dos tratadistas, passa a constituir uma séria ameaça à objetividade de diagnósticos e prognósticos e à validade das teorias que se difundem. A esse propósito, foi particularmente nefasto o *Traité du goitre et du crétinisme* publicado em 1791 por F. E. Fodéré (1764-1835), em Turim, dez anos antes do famoso prognóstico de Pinel (PESSOTTI, 1984, p.79).

A questão das causas da deficiência mental associadas ao bócio (aumento de tamanho da glândula tireoide decorrente ao seu mau funcionamento) e da diferenciação entre idiotia e cretinice foram tratadas por Fedoré. Por cretinice Pessotti comenta:

Nesse tratado que se formula a lei de que o bócio é o primeiro degrau de uma degenerescência cuja última expressão é o cretinismo: "o cretinismo não se encontra senão onde se acha o bócio e por isso presumo que ele não é mais que o efeito imediato do bócio tendo por causa remota a mesma que a do bócio. A propagação do cretinismo implica sempre pais afetados de bócio. (...) Se não há o cretinismo, forma grave de deficiência mental, sem que os pais ou avós do cretino sejam doentes de bócio, o cretinismo é herdado e, por consequência, as formas outras de deficiência intelectual passam a ser graus menores de cretinismo, formas atenuadas, mesmo recessivas, da

doença hereditária. E essa tese do Tratado do Bócio que dirigirá o pensamento médico na área, pelo menos até as primeiras décadas do século XX (PESSOTTI, 1984, p. 80-81).

No século XIX tivemos grandes trabalhos de autores como Itard, que era médico e realizou um trabalho com um menino chamado Victor, esta pesquisa seria de interesse para muitas ciências, como: psicologia, medicina, antropologia e educação. Itard apresentou o primeiro programa sistemático de Educação Especial, a partir da metodologia usada em sua experiência com Victor, para ele educar significa incluir a criança no meio social. Itard acreditava que a educação seria o desenvolvimento do mundo, partindo desse conceito, sua pesquisa com o menino selvagem (Victor) foi desenvolvida afrontando outras ideologias da época como a de Pinel.

Pinel se destacou pela forma de tratar as pessoas que sofriam de perturbações mentais, eram zelados como doentes e não mais de forma agressiva compatível com o que se cometia na época. A forma metodológica de Pinel se baseava no isolamento das pessoas com perturbações mentais razoáveis. O isolamento era visto como uma “forma de proteção do meio social de manifestações individuais que

interferiam na nova ordem social” (BUENO, 1997, p.165), separando-os dos demais e aplicando os tratamentos devidos, porém com o passar do tempo que estes indivíduos ficavam internados consequentemente também ficavam longe da família e do convívio social em si, isto fez com que um processo de exclusão dos mesmos fosse desencadeado.

A partir disso outro grande nome é revelado, o de Jean-Étienne Dominique Esquirol que foi discípulo de Pinel, seus trabalhos foram relevantes, pois, sua atuação se fazia pela utilização sistemática da observação e isto permitiu que o aprofundamento de seu trabalho, sugeriu que o termo idiotice fosse distinguido do termo cretinismo, pois acreditava que idiotia era resultante de carências infantis ou condições pré e perinatais problemáticas, enquanto o termo cretinismo deveria ser utilizado para os casos mais graves. Esquirol considerava que a pessoa idiota não era desprovida de inteligência, acreditava que as causas da deficiência estavam associadas a fatores internos (fatores pré-natais e emocionais da parturiente) e externos (fatores pós-natais e ambientais).

Os trabalhos realizados por Jean Itard e posteriormente por seu discípulo Séguin acarretaram

uma série de contribuições para a pedagogia. Edouard Séguin considerava Itard como seu mestre, porém não acreditava na metodologia e teoria de Pinel para com os deficientes físicos, ele reconheceu a importância de treino sensorio motor para o desenvolvimento dos deficientes mentais. Séguin se mostrou útil ao ser o primeiro em que sistematizou a metodologia da Educação Especial, no livro “Traitement Moral”, traz as técnicas elaboradas a partir dele para a educação especial, apesar de algumas ideias de Séguin se diferirem de Itard a aproximação destes dois estudiosos teve extrema importância.

A visão de que a deficiência estava ligada unicamente com o fator da hereditariedade, perdurou até as primeiras décadas do século XX, após isso novas ideologias começaram a surgir, os estudiosos avançaram em torno do conceito e da diferenciação entre a “loucura” e a “idiotia, se buscava então melhor definir as pessoas com deficiência e, em especial, as com deficiência mental. Na definição da Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento:

A Deficiência Intelectual é definida como limitações importantes que afetam o funcionamento intelectual, significativamente abaixo da média, acompanhado de

limitações significativas no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, auto cuidados, competência doméstica, habilidades sociais, interpessoais, uso de recursos comunitários, autossuficiência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança. O início deve ocorrer antes dos 18 anos (AAIDD, 2002).

Foi justamente na contemporaneidade que começaram a surgir diversas escolas voltadas para o atendimento da educação especial, muitas destas receberam influência estes autores como citamos acima. De acordo com Moura (2000) primeiramente foram instituições voltadas para as pessoas com deficiência sensorial e visual como, o instituto dos Jovens Cegos de Paris em 1748 que foi criado por Valentin Havi, logo após a revolução francesa, começaram a surgir então, instituições voltadas ao atendimento de crianças com necessidade especial, em 1760, em Paris, surgiu a Escola Abade Charles M. Lepée, que tinha por objetivo tratar de crianças surdas, e que posteriormente se tornou no Instituto Nacional de surdos-mudos. Mazzotta comenta sobre os trabalhos realizados nestas instituições:

Os trabalhos do abade Eppée tiveram muita projeção na época e conduziram a realizações práticas pelo inglês Thomas Braidwood (1715-1806) e pelo alemão

Samuel Heinecke (1729-1770). Ambos fundaram em seus respectivos países, institutos para a educação de “surdos-mudos”. Heinecke inventou o chamado método oral para ensinar os “surdos-mudos” a ler e falar mediante movimentos normais dos lábios, hoje denominado „leitura labial ou leitura orofacial”. Tal método veio em oposição ao método de sinais e desde aquela época tem havido discussões e controvérsias sobre a validade de um e de outro método (MAZZOTTA, 1996, p.18).

Segundo Mazzotta (1996) o atendimento a pessoa deficiente física aconteceu em 1832 na Alemanha, precisamente em Munique, uma instituição voltada ao atendimento da pessoa com deficiência física. Em 1840 as pessoas com deficiência mental tiveram atendimento específico na fundação da escola de Abendberg, criada por Guggebuhl, tinha como objetivo a recuperação dos cegos e idiotas visando sua autonomia e independência.

Com tudo, surgiram as escolas montessorianas, método criado por Maria Montessori, para as crianças com deficiência, a qual criança tem autonomia de definir o material a ser manuseado, além de possibilitar a colaboração, podemos observar que esta metodologia mudou os rumos da educação tradicional, que dava privilégio a formação

intelectual. Estimulavam-se muito as atividades motoras e sensoriais da criança, partindo do conceito de que a experiência direta e a descoberta traz um melhor aprendizado.

Um fator importante que acontecia no século XX e que também foram determinantes para a nova visão das pessoas em relação aos deficientes físicos, foram as duas grandes guerras que ocorreram, indivíduos que possuíam seus corpos perfeitos tiveram seus corpos diferenciados, grandes intervenções cirúrgicas como a de amputação foram realizadas a fim de tentar salvar vidas, conseqüentemente próteses foram criadas com o propósito de suprir a falta de um membro, com tudo, as pessoas passaram a reconhecer a igualdade em meio à diferença. Santos (1995) comenta que a escassez de mão-de-obra, causada pelo curto espaço entre as duas Guerras Mundiais e, obviamente pela perda de soldados, influenciou também o movimento integracionista de pessoas com necessidades educacionais especiais.

A partir de então se começou a criar formalmente documentos em que assegurasse os direitos igualitários e a liberdade das pessoas com deficiência física, como a Declaração Universal Dos Direitos Humanos, instituída no ano de 1948,

manifestada pela Organização das Nações Unidas (ONU), esta foi uma grande acontecimento, pois o individuo teria direitos garantidos de forma universal, e não apenas em seu país de origem, o respeito à diversidade humana e o reconhecimento de seus direitos, ficam claros no Artigo II da Declaração quando orienta:

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

Posteriormente também tivemos a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes ONU (1975); a Carta para a década de 80; a Década das Nações Unidas para as pessoas com deficiência (1983-1992); a Declaração de Salamanca (1994); a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora

de deficiência (1999); a declaração de Caracas (2002); a Declaração de Sapporo (2002); o ano Iberoamericano da Pessoa com Deficiência (2004); Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência (2006), este documento traz a seguinte definição da pessoa com deficiência:

[...] aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, 2006, Art.1).

Estes documentos tem em comum o principio de que todas as pessoas têm o mesmo valor e que em geral a sociedade deve trabalhar para atender as necessidades de cada cidadão, serviram para assegurar o direito das pessoas deficientes, busca eliminar todos os preconceitos e mitos criados por muito tempo por uma sociedade que nada sabia do assunto e que a única explicação que encontravam e davam como certa, era o castigo divino, naturalmente então atrelado à teologia moral.

2. BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

2.1 A Educação Especial no Brasil

No que se refere à Educação Especial (EE) no Brasil, foi determinada pelos costumes e informações europeus, determinadas até o final do século XIX. O primeiro marco da educação especial ocorreu no período Imperial, em 1854, Dom Pedro II criou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos que anos depois em 1891, passou a se chamar Instituto Benjamin Constant – IBC, foi criado também o Instituto Nacional de Educação de Surdos/INES (1856). Neste primeiro momento em 1854, aconteciam apenas iniciativas oficiais e particulares isoladas posteriormente em 1957 a 1993, tivemos iniciativas oficiais, porém, agora, contextualizada nacionalmente. Mazzota comenta:

Importante salientar que desde o seu início a referida escola caracterizou-se como um estabelecimento educacional voltado para a educação literária e o ensino profissionalizante de meninos surdos mudos, com idade entre 7 e 14 anos. Em ambos os Institutos, algum tempo depois da inauguração, foram instaladas oficinas para a aprendizagem de ofícios. Oficinas de tipografia e

encadernação para os meninos cegos e de tricô para as meninas; oficinas de sapataria, encadernação, pautação e douração para os meninos surdos (MAZZOTTA, 1996, p.29).

A constituição de 1854, outorgada por D. Pedro I, privava do direito político o incapacitado físico ou moral, esta constituição prometeu a educação primária e gratuita a todos, esta foi relegada ao esquecimento. Januzzi (1992) aponta que:

A educação popular, e muito menos a dos “deficientes mentais”, não era motivo de preocupação. Na sociedade ainda pouco urbanizada, apoiada no setor rural, primitivamente aparelhado, provavelmente não eram considerados “deficientes”; havia lugar, havia alguma tarefa que executassem. A população era iletrada em sua maioria, chegando a 85% o número de analfabetos, entre todas as idades (p.23).

A medicina teve papel fundamental nesta perspectiva já que a influência da mesma sobre a educação se deu até 1930. O Hospital Juliano Moreira em Salvador, Bahia, fundado em 1874 é considerado como a primeira instituição para atendimento às pessoas com deficiência mental, porém segundo Jannuzzi:

“A criação dessas primeiras instituições especializadas (...) não passaram de umas poucas iniciativas isoladas,

as quais abrangeram os mais lesados, os que se distinguiam, se distanciavam ou pelo aspecto social ou pelo comportamento divergentes. Os que não o eram assim a “olho nu” estariam, incorporados às tarefas sociais mais simples. Numa sociedade rural desescolarizada” (JANNUZZI, 1985, p. 28).

No século XIX, o Brasil está numa fase de institucionalização especializada, as pessoas com deficiência permaneciam nas residências, sendo possível uma educação fora das escolas, assim gerando uma certa situação de proteção ao deficiente em relação a nossa sociedade, sem que a mesma tivesse que “suportar” o contato da convivência.

A partir do século XX o Brasil vivia um processo de estruturação da República, neste cenário tivemos o que chamamos de movimento da “escola nova”, que permitiu a entrada da Psicologia na Educação, ocasionando no uso de testes de inteligência para caracterizar as crianças com deficiências.

Este movimento veio de críticas sobre as práticas de ensino da época, direcionando questionamentos dos modelos padrões do ensino aprendizagem, ocasionando exclusão no cenário educacional, alguns movimentos contra a desvalorização da pessoa deficiente começaram a

surgir, tendo como objetivo central a defesa de uma sociedade inclusiva. Conforme esclarece Jannuzzi (2004, p. 34):

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação.

Apesar do movimento da escola nova defender a diminuição das desigualdades sociais, acabaram contribuindo para a exclusão dos diferentes das escolas regulares, atribui-se esta consequência por enfatizar o estudo das diferenças individuais e a proposição de ensino adequado e especializado.

A partir de 1960 houve o crescimento das instituições de natureza filantrópica, que era as APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) que ofereceriam atendimento aos casos mais graves de deficiência mental. O objetivo, na época, era apenas disponibilizar um local para as crianças portadoras de deficiências ficarem, já que a

não aceitação por parte da sociedade e até das famílias era grande.

Em 1940, um grupo de pais criou uma Associação de apoio a Portadores de Paralisia Cerebral. Em 1950, outro grupo de pais criou a Associação para Crianças Retardadas Mentais, que foi semente para a criação, em 1954, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), no Rio de Janeiro. Tal iniciativa foi liderada pela senhora Beatrice Bemis, membro do corpo diplomático americano e mãe de uma criança com síndrome de Down, juntamente com outras famílias que viviam o drama de não encontrarem escolas para colocarem seus filhos. Em 1955, no Rio de Janeiro, com apoio da Sociedade Pestalozzi do Brasil, começou a funcionar a primeira escola da APAE para crianças com deficiência (APAE, 2001, p. 19).

Em meados da década de 60 nós iremos ter o que chamamos de “educação para todos”, que foi quando a educação foi declarada um direito humano básico para cada indivíduo, isto, estendeu a possibilidade de matrícula das classes populares, porém, isto aconteceu sem que uma reestruturação no ensino fosse elaborada, conseqüentemente os índices de evasão escolar e reprovação cresceram, a partir disto, começa-se a distinguir as causas destes índices de evasão escolar e a distinção de “fracasso escolar”

e “deficiência mental leve” com a inserção de classes especiais nas escolas públicas para solucionar este problema.

Um importante marco para esta época foi o documento, declaração de Salamanca, que visava à inclusão social, é um documento que foi elaborado em 1994 na Conferência Mundial sobre Educação Especial na cidade de Salamanca na Espanha, ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais, inserindo todas as crianças que não estejam se beneficiando com a escola, seja por que motivo for, este documento caracteriza a colocação das pessoas que possuem necessidades educativas especiais com uma política de justiça social, conforme a Declaração de Salamanca (1994, p. 6) explicita:

[...] as escolas se devem ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito, terão de incluírem-se crianças com deficiência ou sobredotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.

Com tudo, podemos perceber que do final do século XX até os dias atuais, grandes transformações inovadoras no tocante a uma sociedade inclusiva no Brasil vieram ocorrendo. Várias metodologias pedagógicas vem desempenhando papel fundamental neste processo de inclusão, os avanços tecnológicos tem colaborado e facilitado esta integração da pessoa deficiente no âmbito social, também contamos com o atendimento diferenciado a estas pessoas que sofreram com a discriminação e o preconceito por vários anos e que hoje buscam seus direitos e uma sociedade mais igualitária.

É inquestionável que as mudanças ocorreram de alguns anos até os dias atuais, porém a reflexão que podemos fazer é: o que equivale 50 anos de aceitação, de direitos, de acesso à sociedade, de ser visto como outra pessoa qualquer, comparado a tantos anos de discriminação, apesar de todas as mudanças, muito se falta para que a pessoa com deficiência possa ir e vir, principalmente quando pensamos em acessibilidade, tanto nas ruas quanto em escolas que tem a função de receber todos independente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais. A esse respeito GOFFREDO (1999, p. 31) acrescenta:

Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas abertas às pessoas com necessidades educativas especiais.

Assim podemos perceber que a trajetória do Brasil na perspectiva da inclusão passou por vários momentos, cada um com suas particularidades, os direitos das pessoas com deficiência é garantido a cada lei vigorada, no entanto no tocante da inclusão escolar, muito ainda falta para que esta seja realizada conforme o previsto é preciso que se reformulem os métodos de ensino frente a este novo paradigma.

3. A CAPACITAÇÃO DOS DOCENTES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

3.1 A inclusão e suas complexidades

A nossa Constituição Federal garante o direito à igualdade e o direito de todos à educação, mais que isso, garante condições de acesso e permanência na escola. Contudo, conforme Mantoan (2007, p. 25), “toda escola, assim reconhecida pelos órgãos oficiais como tal, deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo”. Então percebemos que nossas leis assegura aos portadores de necessidade o direito a educação no ensino regular das instituições públicas de ensino. Apesar deles serem amparados por leis o que acontece na prática não condiz com a legislação, pois em relação a capacitação de professores aos alunos com necessidades especiais muitas vezes são irregulares.

O termo inclusão escolar confere com o acolhimento de todas as pessoas no âmbito escolar, sem discriminações sejam elas de qualquer origem, este termo é geralmente usado para se referir à

inclusão de pessoas deficientes física e mental na escola. Segundo Mantoan inclusão seria:

A noção de inclusão não é incompatível com a integração, porém institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O vocabulário integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em virtude dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral (1997, p. 145).

No Brasil o movimento de inclusão escolar é recente, tendo seu início no final da década de 80, com a Constituição Federal de 1988, este movimento não cabe nas normas da educação tradicional, para que ele funcione é preciso que novas propostas existam, e que elas não fiquem em projetos, mas que sejam executados (MANTOAN 2004). Sabendo disso, nos condicionamos a pensar em uma realidade: o papel e a formação de professor, uma vez que ele

quase sempre, encontra dificuldades para repensar e refletir sobre sua prática pedagógica, já que é muito importante que o professor tenha um planejamento flexível no qual ele possa se adaptar com a necessidade de cada aluno, é cabível dizer que o professor não é um mero transmissor de informação, mas sim o mediador facilitador entre o conhecimento a ser adquirido, é de extrema relevância a que o profissional de ensino promova a organização dos alunos, de maneira que a integração seja eficiente, mesmo em situações como em Educação Física, teatro, trabalho de campo, entre outros, o aluno deve se sentir incluído em todas as atividades propostas pelo professor.

A realidade nas escolas públicas de ensino se diferem do que está previsto em leis. Os docentes não se sentem preparados para lidar com crianças e adolescentes com deficiência, este despreparo na maioria das vezes está vinculado com a sua formação que não ofereceu disciplinas específicas para este tipo de aluno, outras vezes está ligado a condições pessoais. Sendo uma ou outra a causa desta incapacidade, o que obtemos com esta condição é mais uma barreira pra a inclusão escolar.

No entanto, não é apenas o professor que deve possuir capacitação para lidar com os alunos com

necessidades especiais, toda a escola deve estar preparada, todos os funcionários e estrutura física devem proporcionar a este aluno amparo as suas necessidades para que assim ele possa se sentir acolhido.

Assim podemos observar que não podemos esperar que o professor obtenha um curso específico para lecionar para os alunos com necessidades especiais, esta especialização deve vir acompanhada com a formação inicial do professor, pois os cursos de licenciatura devem conter na sua grade curricular disciplinas que amparem o profissional da educação nesse sentido, sabemos que a diversidade em uma sala de aula é muito grande, estamos neste trabalho vinculando estes fatores a pessoa com deficiência mas sabemos que há outras situações como a de um aluno superdotado que também requer habilidades ao lidar com o mesmo.

O professor deve dominar o ensino e ensinar para toda uma diversidade, que as diferenças possam ser reconhecidas e valorizadas, que a relação de ensino-aprendizagem se estabeleça em harmonia, proporcionando troca de experiências entre aluno e professor.

O Estado garante a matrícula do aluno na escola e sua permanência na mesma, ainda dentro do

contexto legal na Lei de nº 10.098/00 (BRASIL,2000), esclarece nitidamente que todas as escolas tem por obrigação oferecer um ambiente acessível, transformando o meio escolar para que possa atender as diversidades e a necessidade humana, eliminando qualquer tipo de barreiras arquitetônicas. É necessário que, os espaços internos, externos aparelhos e utensílios, mobiliários, meios de transportes estejam em acesso e em boas condições para que assim se possa promover com êxito o objetivo de deixar o aluno com necessidades especiais inserido no meio escolar, estes são fatores primordiais para que se reconheça uma escola inclusiva.

A estrutura física das escolas não apresentam acessibilidade para esta parcela de alunos que tanto necessitam de subsídios para se locomoverem com mais autonomia e segurança, para este problema encontramos a dificuldade dos engenheiros e arquitetos entenderem que é um direito e que está previsto em Lei, o aluno deve se sentir acolhido neste ambiente que passará horas de seu dia nele, os prédios escolares são construídos sem considerar a diversidade de alunos, para que possamos promover a inclusão de qualidade, faz-se necessário um ambiente adequado.

Podemos perceber o quanto a readequação das escolas é importante e de extrema necessidade, a reformulação e a flexibilidade da proposta pedagógica, infraestrutura, metodologia de ensino, recursos humanos, são peças de um quebra cabeça nesta perspectiva de inclusão escolar, estas peças devem se encaixar harmoniosamente.

Os alunos com necessidades especiais, principalmente deficiência física, encontram dificuldades de realizar sozinho atividades diárias propostas na escola, sendo necessário o auxílio de uma pessoa, assim esse aluno fica em desvantagem, pois não tem a oportunidade de criar desafios aos seus colegas.

De acordo com o Conselho Nacional de Educação, para que o processo de inclusão se torne uma realidade seria necessário atribuir a escola de uma infraestrutura adequada vinculada a bons recursos didáticos, profissionais qualificados, entre outros. De acordo com o CONAE (2010).

(...) a diversidade socioeconômico, étnico- racial, de gênero e cultural e a garantia de desempenho satisfatório dos/das estudantes; no caso dos estudantes com deficiência, acompanhamento por profissionais especializados, como garantia de sua permanência na escola e a criação e/ou adequação de espaços as suas condições específicas, garantida pelo poder público.

Assim conseguimos perceber a importância de se manter uma escola bem estruturada, para que a inclusão ocorra de maneira correta se faz necessário que todos os alunos possam se locomover por toda a escola e se tratando do aluno com deficiência física é de extrema relevância que a estrutura física estabeleça a condição de acessibilidade.

4. APRESENTAÇÃO DA LEI Nº 13.146 DE 06/07/2015 Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

4.1 Leis que amparam os alunos com deficiência

Existem algumas leis que protegem os alunos com deficiência, Para iniciarmos as discussões sobre as leis que asseguram os direitos e protegem os alunos com necessidades especiais é importante definirmos o conceito de deficiência, que recentemente passou por transformações com a Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2006).

A definição de pessoa com deficiência vem colocada no artigo 1 da Convenção, percebe-se que não apresenta um conceito unicamente médico de pessoa com deficiência, como era a prática até então, adotando uma definição que prioriza a dimensão social, com a seguinte redação:

O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais

por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo demográfico de 2010), 23,9 da população brasileira apresenta algum tipo de incapacidade ou deficiência. São pessoas com ao menos alguma dificuldade de enxergar, de ouvir, locomover-se ou com alguma deficiência física ou mental.

Para desenvolvermos o assunto das leis que protegem os alunos com deficiência a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, faremos um contexto histórico de várias leis e documentos internacionais que estabeleceram os Direitos das pessoas com deficiência no nosso país. Faremos uma breve retrospectiva de alguns destes documentos.

Em 1988 tivemos a Constituição Da República que prevê o pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem preconceito e quaisquer formas de discriminação e principalmente garante o direito à escola para todos. Posteriormente em 1989, tivemos a LEI Nº

7.853/89 que aborda a questão da matrícula. Sobre esta lei:

[...] punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa: I. recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de um aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta. (MEC/SEESP, 2001 p. 274).

O Estatuto da Criança e Do Adolescente (ECA) de 1990, a partir dele, crianças e adolescentes, sem classificação de raça, cor ou classe social, passaram a ser reconhecidos como indivíduos de direitos e deveres, considerados como pessoas em desenvolvimento a quem se deve prioridade absoluta do Estado. Garante o direito à igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sendo o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito o respeito dos educadores; e atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular.

Tivemos em 1994, um documento chamado Declaração de Salamanca, que tinha por principal objetivo a inclusão social, propõe uma educação para todos, também é abordado à problemática das

crianças excluídas das escolas por motivos de abuso sexual ou trabalho infantil, para esta questão o atendimento especializado para as mesmas aparece em pauta. As que têm deficiências graves devem ser atendidas no mesmo ambiente de ensino que todas as demais. Sobre a conferência de Salamanca:

Proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de “educação para todos” firmada em 1990 (...) Ela promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nestas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem. (UNESCO/Ministro da Educação e Ciência– Espanha, 1994 p.15).

Em 1996, tivemos a Lei e Diretrizes e Bases Da Educação Nacional (LDB), que é a legislação que regulamenta o sistema de educacional brasileiro, reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal. Define os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

No ano de 2000, tivemos a Lei N° 10.048, que garantia o atendimento prioritário as pessoas com

deficiência em locais públicos, como: banco, casas lotéricas, supermercados, entre outros. Também neste mesmo ano a Lei Nº 10.098 entrou em vigor estabelecendo normas sobre acessibilidade física e definindo como obstáculos tudo que dificultasse a locomoção das pessoas com deficiência em meios de transportes, edifícios, entre outros.

Decreto de Nº 3.956 conhecido como Convenção Da Guatemala em 2001 finaliza às interpretações confusas da LDB, já que o texto dava a entender que, dependendo da deficiência, a criança só podia ser atendida em escola especial, porém, o que realmente o texto engada é que o atendimento especializado pode ocorrer em classes ou em escolas especiais, quando não for possível oferecê-lo na escola comum, a Convenção Da Guatemala deixa clara então a impossibilidade de tratamento desigual com base na deficiência. O acesso ao Ensino Fundamental é, portanto, um direito humano e privar pessoas em idade escolar dele, mantendo-as unicamente em escolas ou classes especiais, fere a convenção e a Constituição.

Com tudo, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira) é a Lei geral da educação brasileira, dita as diretrizes e as bases da organização do sistema educacional desde sua promulgação que

ocorreu em 20 de dezembro de 1996, a partir disso ela foi incorporada aos sistemas de ensino, incluindo todos os seguimentos do mesmo como na educação especial e indígena. A LDB vem sendo desde sua criação até os dias atuais constantemente aprimoradas, prova disso foi à criação de mais um ano no sistema fundamental de ensino, compondo atualmente nove anos.

4.1.1 Lei Nº 13.146

Recentemente tivemos a aprovação da LEI Nº 13.146, De 6 De Julho De 2015, a mesma se refere a inclusão das pessoas com deficiência, esta lei promove uma sociedade mais democrática e justa. O Congresso Nacional decretou e sancionou a seguinte lei.

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)
A Presidenta da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LIVRO I
PARTE GERAL
TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial,

realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;

III - a limitação no desempenho de atividades; e

IV - a restrição de participação.

§ 2º O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência.

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o

exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

V - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios

de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações;

VI - adaptações razoáveis: adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;

VII - elemento de urbanização: quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica e de gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

VIII - mobiliário urbano: conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

IX - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando

redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso;

X - residências inclusivas: unidades de oferta do Serviço de Acolhimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) localizadas em áreas residenciais da comunidade, com estruturas adequadas, que possam contar com apoio psicossocial para o atendimento das necessidades da pessoa acolhida, destinadas a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não dispõem de condições de auto sustentabilidade e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos;

XI - moradia para a vida independente da pessoa com deficiência: moradia com estruturas adequadas capazes de proporcionar serviços de apoio coletivos e individualizados que respeitem e ampliem o grau de autonomia de jovens e adultos com deficiência;

XII - atendente pessoal: pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas

ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

XIV - acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.

No dia 3 de janeiro de 2016 esta lei entrou em vigor, muitas mudanças foram feitas do antigo código civil, a mais relevante que podemos comentar é que a partir de agora não será mais permitido por parte de instituições privadas de ensino cobrarem valores a mais de mensalidade dos alunos com deficiência, no antigo código esta prática era permitida o que gerava ainda mais exclusão, o direito de igualdade não era levado em consideração.

5. A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA SOBRE A INCLUSÃO - PESQUISA DE CAMPO

5.1. Metodologia

Para a realização desta pesquisa foi utilizado um questionário (anexo) previamente escolhido com finalidade de descobrirmos o quanto a capacitação inicial do professor ainda na graduação irá interferir na sua vida profissional. A pesquisa foi feita com professores de Geografia do município de Frutal e Planura sendo respondidas 14 perguntas.

Foi apresentado a cada professor um questionário com perguntas relacionadas à sua formação acadêmica e como o tema inclusão se aplica na vida deste docente. A partir das respostas obtidas foram feitos gráficos para mostrar didaticamente os resultados adquiridos.

5.1.1 Pesquisa de campo- resultado e discussões

A pesquisa realizada neste trabalho tem por objetivo constatar a percepção dos professores de

Geografia sobre a inclusão, concomitantemente, analisarmos como se desenvolveu o tema Educação Especial na graduação dos docentes, observaremos se os mesmos tiveram disciplinas voltadas para este tipo de assunto, a partir disso fizemos essa pesquisa:

A pergunta 1 é questionado ao docente “ Ano que você iniciou a graduação?”, obtivemos o seguinte retorno: 16,5% iniciou sua graduação em 2007, 16,5% responderam em 2008 e 67% apontaram o ano de 2012, conforme podemos observar no gráfico 1.

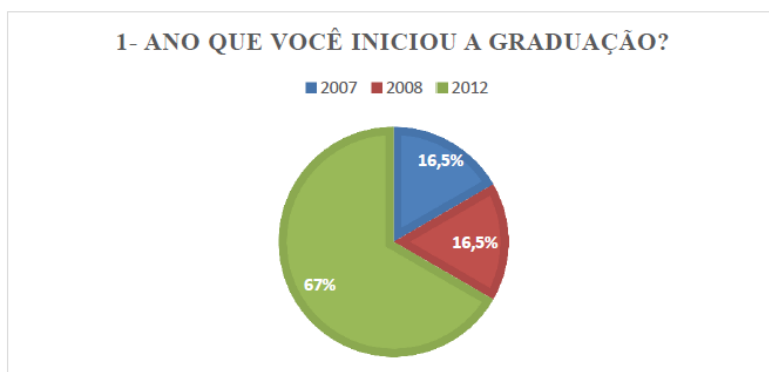


Gráfico 1- Ano de iniciação da graduação.
Fonte: Autora (2015).

Podemos observar que em relação ao ano de iniciação da formação dos docentes, a maioria ingressou seus estudos no ano de 2012, ressaltarmos que neste ano a Universidade do Estado de Minas

Gerais já possuía em sua grade curricular do curso de Licenciatura em Geografia disciplinas voltadas para a Educação Especial, os demais entrevistados pertencem a uma grade voltada para a geografia física.

A questão 2 perguntou ao professor “Nome da escola que você trabalha? Tivemos as seguintes respostas: 33 % dos entrevistados lecionam na Escola Estadual Vicente Macedo, 16% trabalha na Escola Estadual Professor Bandeira, 17% leciona na Escola Estadual Maestro Josino De Oliveira, 17 % na Escola Estadual Presidente Tancredo Neves e 17% trabalha na Escola Estadual Alysson Roberto Bruno, conforme mostra o gráfico 2.

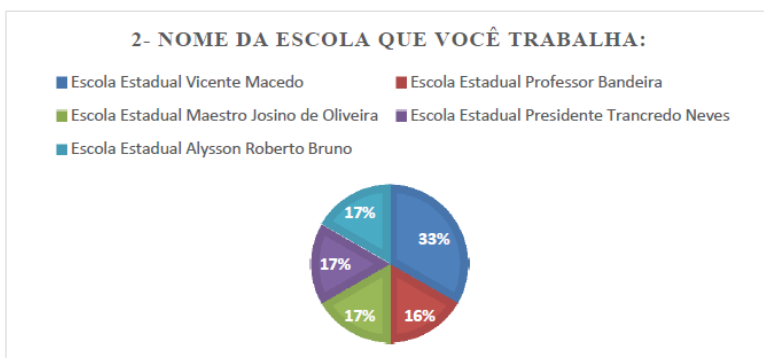


Gráfico 2- Nome das escolas onde os entrevistados trabalham.

Fonte: Autora (2015)

É notável no gráfico 2 que os professores entrevistados lecionam em escolas diferentes, sendo somente dois docentes atuantes em uma mesma instituição de ensino, o que irá ser um fator interessante para a pesquisa pois poderemos analisar a partir das próximas perguntas a vivência destes professores e como a Educação especial se aplica em cada um destes lugares, é importante ressaltarmos que todas as escolas são da rede pública de ensino.

Na pergunta 3 foi questionado ao docente “Na grade curricular de sua formação acadêmica constava disciplinas direcionadas a Educação Especial?”, tendo as seguintes respostas: 67% dos docentes entrevistados, disseram que possuíram disciplinas voltadas para a Educação Especial, outros 33% disseram que não obtiveram em sua formação matérias específicas sobre este assunto.

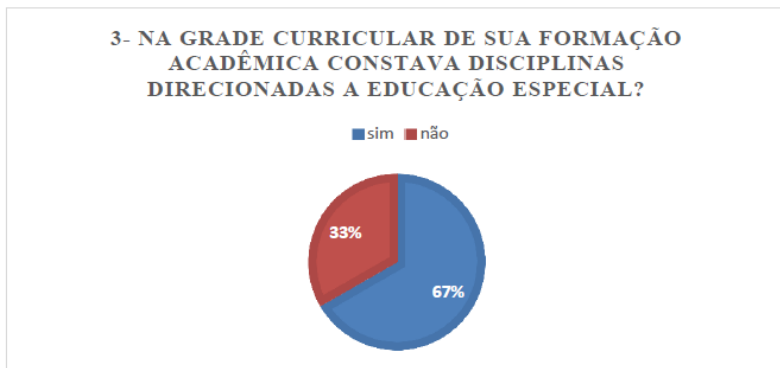


Gráfico 3- Disciplina da grade curricular voltada para educação especial.

Fonte: Autora (2015)

Podemos observar no gráfico 3 que a maioria dos participantes da pesquisa obtiveram em sua formação disciplinas direcionadas à Educação Especial que são os mesmos docentes que iniciaram seus estudos no ano de 2012, podemos analisar que a minoria não tiveram matérias voltadas para esse tipo de estudo.

Na quarta pergunta indagamos aos professores a seguinte questão “Qual o nome da disciplina direcionada para Educação especial que você teve na sua graduação?” E obtivemos as seguintes respostas: 67% responderam que tiveram Educação Especial e Libras, os outros 33% são os professores que responderam que não tiveram estas disciplinas, conforme se vê no gráfico 4.

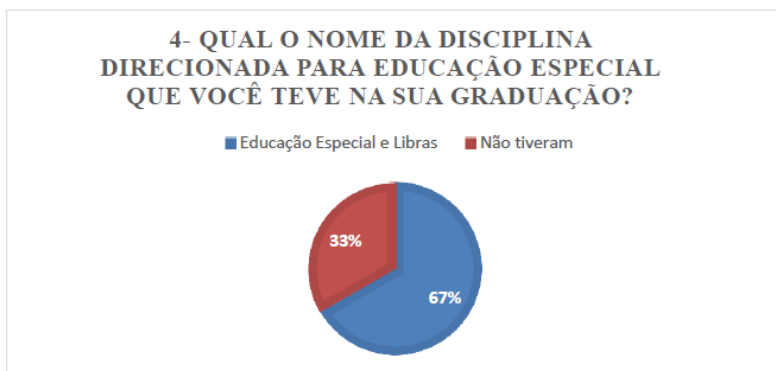


Gráfico 4- Nome da disciplina voltada para Educação Especial
Fonte: Autora (2015)

Demonstra-se no gráfico 4 que os participantes da pesquisa que disseram que obtiveram disciplinas voltadas para Educação Especial na sua formação foram unânimes em responderem os nomes das disciplinas aplicadas a este assunto.

A questão 5 perguntou ao docente “ O instituto em que você se formou te capacitou a identificar alunos com necessidades educacionais?” tendo as seguintes respostas: 50% responderam que foram capacitados e 50% disseram que não possuíam capacitação durante a graduação, como podemos ver no gráfico 5.



Gráfico 5- Capacitação em identificar alunos com necessidades especiais
Fonte: Autora (2015)

Observa-se no gráfico 5 que metade dos docentes que participaram da pesquisa não foram capacitados a identificar alunos com necessidades especiais o que podemos ressaltar de incoerência neste gráfico é que 67% dos entrevistados responderam que tiveram em sua formação disciplinas voltadas para a Educação Especial, no entanto, com essa pergunta podemos constatar que mesmo tendo possuído esse tipo de disciplina um dos participantes respondeu que não foi capacitado a identificar alunos com necessidades especiais.

Na questão 6 foi questionada a seguinte problemática “Você se sente preparado para identificar alunos com necessidades especiais?” e obtivemos as seguintes respostas: 50% dos docentes disseram não se sentirem capacitados a identificar

esses alunos e 50% dos professores reconhecem estes alunos, como demonstra o gráfico 6.

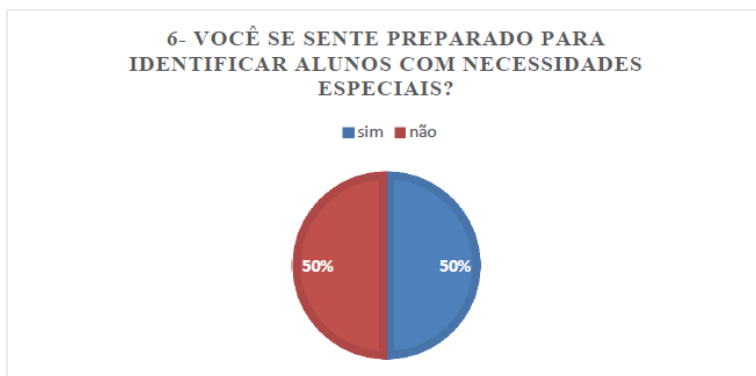


Gráfico 6- Docente preparado para identificar alunos com necessidades especiais
Fonte: Autora (2015)

A partir da análise do gráfico 6 podemos observar que a maioria dos professores que iniciaram seus estudos no ano de 2012 e que conseqüentemente tiveram disciplinas voltadas para a Educação Especial se sentiram preparados a identificar os alunos com necessidades especiais, esta pergunta se torna pertinente a medida que pensamos no conforto do professor ao adentrar em uma sala de aula e se sentir capacitado a reconhecer estes alunos, sabemos que a autoconfiança do docente nesses casos se torna indispensável pois muitas vezes o aluno tem problemas de aprendizagem que poderia ser

diagnosticado e tratado mas a falta de conhecimento e segurança faz com que este aluno carregue este problema por toda a sua vida escolar ou mesmo que haja a desistência por parte deste estudante.

A pergunta 7 questionou ao professor “Durante o período de formação acadêmica, lhe foi proporcionado aprender os métodos de ensino e a fazer adaptações curriculares de acordo com as necessidades individuais educacionais de cada aluno?”, tendo as seguintes respostas: 67% dos docentes entrevistados disseram que foi proporcionado aprender tanto os métodos de ensino quanto a fazer adaptações curriculares a partir da individualidade de cada aluno, outros 33% disseram que não aprenderam, conforme mostra o gráfico 7.

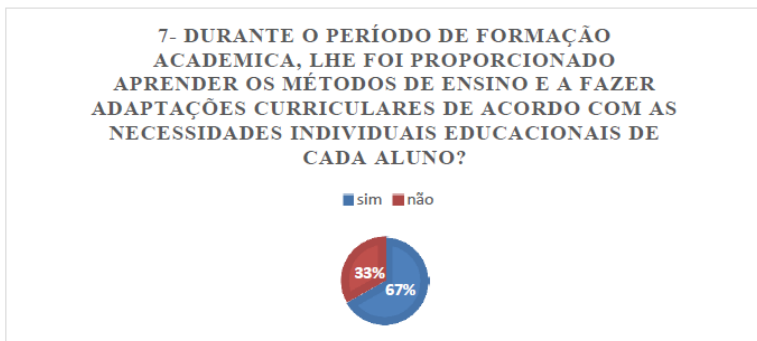


Gráfico 7- Aprender métodos de ensino e adaptações curriculares
Fonte: Autora (2015)

A partir da análise feita no gráfico 7 constatamos que a maioria dos professores foi ensinado em suas respectivas formações acadêmicas, métodos de ensino assim como fazer adaptações curriculares de acordo com a individualidade de cada aluno, esta pergunta se torna importante pois é de extrema importância que ao fazer planos de aula o professor leve em consideração a diversidade que existe na sala de aula para que assim o mesmo possa alcançar todos os alunos da sala ou a grande maioria, respeitando os limites de cada estudante.

A perspectiva inclusiva revela que apesar da necessidade de diversificação metodológica, não deve ter por parte do docente diferenciação nos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. Brasil (2007, p. 17) “o professor disponibiliza a todos alunos, sem exceção, um mesmo conhecimento” e acrescenta:

O professor, na perspectiva da educação inclusiva, não ministra um ‘ensino diversificado’ e para alguns. Ele prepara atividades diversas para seus alunos (com e sem deficiência mental) ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular. Essas atividades não são graduadas para atender a níveis diferentes de compreensão e estão disponíveis na sala de aula para que os alunos as escolham livremente, de acordo com seus interesses (BRASIL, 2007, p. 17).

A questão 8 trás a seguinte problemática aos entrevistados “Você como professor se sente confortável com seus conhecimentos acadêmicos para selecionar recursos educativos a fim de proporcionar um melhor aprendizado a alunos com necessidades educacionais?”, tendo as seguintes respostas: 50 % dos docentes se sentem confortáveis quando selecionam recursos educativos aos alunos com necessidades especiais e 50% diz não se sentir confortável, podemos observar as respostas no gráfico 8:

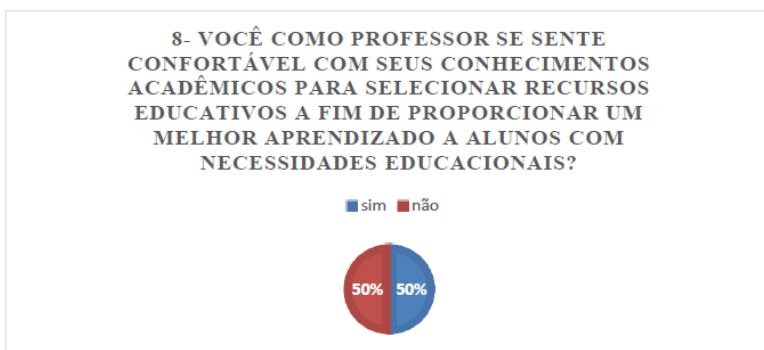


Gráfico 8- Conhecimentos acadêmicos para selecionar recursos educativos.
Fonte: Autora (2015)

Analisando o gráfico 8, podemos observar que metade dos docentes não se sentiram confortáveis ao selecionar os recursos educativos aos alunos com necessidades especiais, este dado se torna

preocupante quando imaginamos como está se desenvolvendo a aprendizagem destas crianças, ao mesmo tempo podemos criticar a deficiência que há na maneira de incluir esta criança/adolescente no ambiente escolar, de nada irá contribuir para o bem estar deste aluno uma inclusão desestruturada, sem recursos e conhecimentos para o sucesso da mesma.

A questão 9 perguntou ao professor “Você como professor acha que os alunos estão preparados a enfrentar uma sala com diversidades?”, obtivemos as seguintes respostas: 83% dos entrevistados acham que os alunos não estão preparados para as diversidades que existem na sala de aula e 17% considera que os estudantes estão aptos as diversidades, assim como mostro o gráfico 9.



Gráfico 9- Alunos preparados para enfrentar uma sala com diversidades.

Fonte: Autora (2015).

Demonstra-se no gráfico 9 que a maioria dos professores concordam que os alunos não estão preparados para enfrentar uma sala com diversidade, atribuíram esse fato a falta de maturidade por parte dos alunos, na maioria dos relatos dos professores consta a presença de bullying contra os alunos com necessidades especiais, ressaltam que não são todos os alunos que praticam esse tipo de discriminação, mas que existe uma parcela de estudantes que mesmo sendo orientados a não cometer esta ação persistem em cometer bullying.

A pergunta 10 traz o seguinte levantamento aos professores “Na escola onde você trabalha existe alunos com necessidades especiais?” e obtivemos as seguintes respostas: 100% dos docentes entrevistados disseram que existem alunos com necessidades especiais na Escola onde atualmente lecionam, como mostra o gráfico 10.



Gráfico 10- Alunos especiais nas escolas dos docentes entrevistados.
Fonte: Autora (2015).

A partir da análise feita do gráfico 10 podemos observar que todos os professores possuem em suas respectivas escolas alunos com necessidades especiais, essa pergunta se torna importante a media que sabemos se todas as escolas que os professores entrevistados trabalham possuem estes alunos.

A questão 11 pergunta a seguinte questão ao professor “Você leciona para algum aluno com necessidade especial?”, e tivemos as seguintes respostas: 100% dos professores disseram lecionar para algum aluno com necessidades espaciais, assim como mostra o gráfico 11.



Gráfico 11- LECIONA PARA ALGUM ALUNO COM NECESSIDADE ESPECIAL.

Fonte: Autora (2015).

A partir da análise feita do gráfico 11 podemos constatar que todos os professores lecionam para

alunos com necessidades especiais, conseqüentemente percebemos que estes alunos estão efetivamente matriculados na escola, no entanto, a partir das respostas já respondidas podemos ver que a inclusão não está funcionando como deveria, já que todos os funcionários das escolas, de todos os setores, devem estar preparados para receber estes alunos.

A pergunta 12 trás a seguinte problemática aos professores “Você sabe responder se esses alunos com necessidades especiais possuem laudo médico?” tivemos as seguintes respostas: 33% dos professores entrevistados disseram que os alunos com necessidades especiais possuem laudo médico, outros 33% comentaram que estes estudantes não possuem laudo médico e outros 33% não souberam responder esta pergunta, como mostra o gráfico 12.



Gráfico 12- Alunos com necessidades especiais possuem laudo médico

Fonte: Autora (2015)

Conforme mostra o gráfico 12 os professores ficaram divididos em relação a esta pergunta, a problemática levantada nesta questão se torna importante à medida que sabemos que muitos alunos com necessidades especiais não possuem laudo médico, basicamente a justificativa para este fato é que a família do estudante mesmo sendo orientada pela escola a procurar ajuda médica prefere manter o aluno como se ele não precisasse de ajuda, muitos pais não aceitam que os filhos possuam problema.

A questão 13 faz a seguinte pergunta aos docentes “Qual deficiência o seu aluno possui?”, tivemos as seguintes respostas: 100% dos professores entrevistados disseram que possuem alunos com deficiência intelectual, conforme mostra o gráfico 13.



Gráfico 13- Tipo de deficiência do aluno com necessidades especiais.

Fonte: Autora (2015).

O gráfico 13 nos revela que todos os docentes entrevistados possuem alunos com deficiência intelectual, pessoas com esse tipo de necessidade possuem limitações no seu funcionamento mental, alunos com esse tipo de deficiência basicamente apresentam dificuldade de interpretação, isso exige do professor que diversifique a maneira de dar aula.

A definição apontada pela Associação Americana de Deficiência Intelectual e de Desenvolvimento (AADID, 2010 *apud* CARVALHO; CARVALHO; COSTA, 2011, p. 25), define a deficiência intelectual como “[...] limitação significativa tanto no funcionamento intelectual como no comportamento adaptativo que se expressa em habilidades conceituais, sociais e práticas. A deficiência se origina antes dos 18 anos.”.

A questão 14 faz a seguinte pergunta ao professor entrevistado “A escola que você trabalha oferece recursos para os alunos com necessidades especiais, se sim quais?”, tivemos as seguintes respostas: 100% dos professores disseram que a escola onde trabalham não oferece recursos para os alunos com necessidades especiais, conforme mostra o gráfico 14.

14- A ESCOLA QUE VOCÊ TRABALHA OFERECE RECURSOS PARA OS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, SE SIM QUAIS?

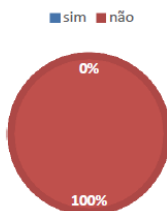


Gráfico 14- Recursos nas escolas para os alunos com necessidades especiais
Fonte: Autora (2015)

O gráfico 14 nos revela que segundo os professores entrevistados nenhuma das escolas oferecem recursos para os alunos com necessidades especiais, este dado é preocupante, pois nos mostra que as escolas não estão totalmente preparadas para receber estes alunos, a justificativa para estes dados foram que o governo não oferece subsídios para este fim.

Com a pesquisa conseguimos perceber a importância das disciplinas voltadas para inclusão, uma vez que a maioria dos professores que obtiveram as mesmas em sua formação inicial se sentiram confortáveis ao lecionar para os alunos com deficiência, no entanto, constatamos que a realidade nas escolas públicas de ensino existem professores que não se sentem aptos para esse novo paradigma da educação, a partir destes dados a indagação a se fazer

é que com o atual problema de saúde nacional, o Zika vírus, iremos ter um aumento considerável de pessoas com deficiência, as escolas deveram estar preparadas para este acontecimento, todos os espaços e funcionários das instituições de ensino precisaram ter conhecimento de como lidar com estas crianças.

CONCLUSÃO

Assim podemos perceber que a Educação Inclusiva é um assunto que está em processamento, pois ainda é alvo de muitas críticas e diversas opiniões, com a aprovação da Constituição em 1988 e da LDB em 1996 a Educação Inclusiva ganhou força no Brasil, podemos ainda destacar a importância da Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015 sancionada pela presidente Dilma Rousseff que assegurou e promoveu em condições iguais os direitos das pessoas com deficiência objetivando à sua inclusão social e a cidadania. Nos processos históricos percorridos podemos observar que o homem de tempos em tempos vem evoluindo sua maneira de pensar e de praticar suas ações, nos dias atuais por meio de leis a sociedade vem tentando garantir os direitos das pessoas deficientes.

Com a pesquisa podemos reconhecer o papel fundamental da educação na vida das pessoas com deficiência, constatamos a importância de que os cursos de licenciatura proporcionem disciplinas voltadas para a Educação Especial, percebemos na pesquisa de campo que a maioria dos docentes que obtiveram na grade curricular de sua formação disciplinas que abordassem esse assunto se sentem

preparados para ministrar aulas para alunos com deficiência é importante ressaltar que todos os entrevistados estudaram na Universidade do Estado de Minas Gerais, porém, a antiga ementa do curso era direcionada para uma Geografia física, poucas disciplinas eram voltadas para a educação, a reformulação do projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Geografia da UEMG foi fundamental para a formação de professores capacitados a lecionar para uma sala com alunos deficientes.

Para que a Inclusão funcione efetivamente é preciso que haja uma reestruturação da organização escolar, pois a grande dificuldade de se inserir o aluno com deficiência na escola é justamente o motivo que ela foi criada, as escolas a princípio não foram estruturadas para receber estes alunos especiais, é preciso que se reformule os motivos pelo qual a escola existe na atualidade e estes motivos devem levar em consideração os direitos de todos os alunos, as instituições devem estar preparadas tanto fisicamente quanto o corpo docente deve estar apto a receber este tipo de aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APAE BRASIL, Federação Nacional das APAEs, 2001. *Rede APAE e sua história*. Disponível em: <http://www.apaebrasil.org.br>. Acesso em 14/10/2015
- ARANHA, Maria S. **Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola**. MEC, 2000.
- ARANHA, (2001). **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. Revista do Ministério Público do Trabalho, XI (21).
- ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação Inclusiva: a escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2005.
- ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE DEFICIÊNCIAS INTELECTUAL E DO DESENVOLVIMENTO (AADID). **Concepção de deficiência intelectual segundo a Associação Americana de Deficiências Intelectual e do Desenvolvimento**. Washington, DC: AAIDD, 2002.
- BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Ave Maria, 1995.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC, 1994.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.098 de**

19 de Dezembro de 2000. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. D.O.U. 3 dez. 2004. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2002006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 11 setembro. 2015.

_____. Secretaria da Educação Especial. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais:** Brasília: MEC/SEESP, 2006.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília/DF: Senado, 1988.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente.** Brasília/DF, 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional.** Brasília/DF, 1996.

_____. **Decreto nº. 3 956 Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.** Brasília/DF, 2001.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.

_____. **Atendimento Educacional Especializado. Deficiência Mental.** São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

BUENO, J.G. A produção social da identidade do anormal. In: Freitas, M.C. (org.). **História social da infância do Brasil.** São Paulo: Cortez, USF, 1997.

CAPELLINI, Vera Lúcia. **Educação Especial: História, Etiologia, Conceitos e Legislação Vigente,** 2008.

CARVALHO, E. N. S.; CARVALHO, R. E.; COSTA, S. M. Público alvo. **Política de atenção integral e integrada para as pessoas com deficiência intelectual e múltipla.** Brasília: Federação Nacional das APAEs, 2011.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE). Brasília, DF. **Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento-Base.** Brasília, DF: MEC, 2010 a. v. 1-2.

CONVENÇÃO Interamericana para a **Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência,** 2001.

CONVENÇÃO Interamericana sobre a **Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiências** (1999)

CONVENÇÃO sobre os **Direitos da Pessoa COM Deficiência**, 2006, Art.1.

D´ADAMO, Peter J. **A Dieta do Tipo Sanguíneo**: saúde, vida longa e peso ideal de acordo com o seu tipo sanguíneo. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos, 1948.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. **Educação: Direito de Todos os Brasileiros**. In: Salto para o futuro: Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

IBGE. **CENSO Demográfico**, 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010.

JANNUZZI, Gilberta. **A luta pela educação do “deficiente mental” no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

_____, G. M. A, 1992, **A luta pela Educação do Deficiente Mental no Brasil**, 2.a ed., Campinas, Autores Associados.

_____, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do

século XXI. Campinas. Coleção Educação Contemporânea. Autores Associados. 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Integração X Inclusão**: escola de qualidade para todos. (1997). Pátio -revista pedagógica/ Artes Médicas. Porto Alegre/RS, 5(2) p.p. 48-51.

_____, M. T. E. **Educação Inclusiva**: orientações Pedagógicas. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

_____, M. T. E. Caminhos pedagógicos da educação inclusiva. In: **Caminhos pedagógicos da educação especial**. GAIO, R e MENEGHERTTI, R. G. K. (Orgs.) Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas públicas. São Paulo, Cortez, 1996.

_____, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez Editora, 5.ed, 2005.

MEC/SEESP. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. (Conselho Nacional de Educação, Resolução no. 02 de 11 de setembro de 2001). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. DF, 2001.

MOURA, Maria Cecília de. **O surdo**: caminhos para uma nova Identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

PESSOTI, Isaías. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

RIBAS, João Baptista Cintra. **As pessoas portadoras de deficiência na sociedade brasileira**. Brasília, DF: CORDE, 1997.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva. **Educação Inclusiva**: Alguns Marcos Históricos que Produziram A Educação Atual, 2008.

SANTOS, M. P. **Perspectivas históricas do movimento integracionista na Europa**. Marília: Revista Brasileira de Educação Especial, v.II, n. 4, p. 21-28, 1995.

SILVA, Otto Marques da. **A epopeia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1987.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca/Espanha, 1994.

ANEXOS

Questionário

Por ser a carreira do docente de extrema importância, precisamos estar preparados para as adversidades. Entretanto para que isto aconteça, o professor deve ser formado deste cedo. Gostaria de pedir a sua colaboração respondendo algumas questões a respeito da sua capacitação acadêmica em relação à educação especial. Lembrando que nesta pesquisa não haverá identificação nas respostas de quem colaborar.

- 1) Ano que você iniciou a graduação?
- 2) Nome da escola que você trabalha?
- 3) Na grade curricular de sua formação acadêmica constava disciplinas direcionadas a educação especial?
- 4) Qual o nome da disciplina direcionada para Educação especial que você teve na sua graduação?
- 5) O instituto em que você se formou te capacitou a identificar alunos com necessidades educacionais?
- 6) Você se sente preparado para identificar alunos com necessidades especiais?
- 7) Durante o período de formação acadêmica, lhe foi proporcionado aprender a adequar os métodos de ensino e a fazer adaptações curriculares de acordo com as necessidades individuais educacionais de cada aluno?
- 8) Você como professor se sente confortável com seus conhecimentos acadêmicos para selecionar recursos educativos a fim de proporcionar um melhor aprendizado a alunos com necessidades educacionais?

- 9) Você como professor acha que os alunos estão preparados a enfrentar uma sala com diversidades?
- 10) Na escola onde você trabalha existe alunos com necessidades especiais?
- 11) Você leciona para algum aluno com necessidade especial?
- 12) Você sabe responder se esses alunos com necessidades especiais possuem laudo médico?
- 13) Qual deficiência o seu aluno possui?
- 14) A escola que você trabalha oferece recursos para os alunos com necessidades especiais, se sim quais?